

Itamar quer derrubar inflação com entendimento

Soluções negociadas para quebrar a inércia da inflação. Esta é a proposta econômica básica do governo do presidente em exercício Itamar Franco para os primeiros 90 dias. Essa orientação foi expressa no comunicado à Nação, um documento de três páginas e 13 pontos divulgado ontem pelos ministros do Planejamento, Paulo Haddad, e da Fazenda, Gustavo Krause. A ênfase da nova equipe é o entendimento.

Na segunda-feira, Krause inicia uma rodada de negociações com os presidentes dos partidos políticos, parlamentares de expressão no Congresso e representantes da sociedade para discutir uma saída negociada para a crise econômica. Mas os dois ministros se negaram a falar em "pacto" ou "acordo" nacional para baixar a inflação. O máximo que Gustavo Krause adiantou da estratégia governamental foi manifestado numa pergunta: "Por que não uma política de rendas negociada?"

O novo governo acredita que, restaurada a credibilidade popular nas instituições, será restabelecido o clima de confiança na gestão econômica, baseada em uma "ação solidária" entre Executivo, Legislativo, governadores, prefeitos e a sociedade. "As ações do governo devem estar baseadas num mínimo de entendimento político. Esse compromisso com o entendimento é uma oferta e um compromisso do governo com a sociedade que estava nas ruas", enfatizou Haddad.

Sem choque — Gustavo Krause e Paulo Haddad afastam a possibilidade da adoção de choques, com congelamento ou dolarização da economia ou confisco de ativos financeiros. "O único choque que recebi foi o choque psicológico do convite para ser ministro", brincou Gustavo Krause. Os dois ministros estão convencidos de que acabou a era dos "homens providenciais e das soluções mágicas". Segundo eles, o governo federal somente poderá administrar a redução das taxas de juros e retomada dos investimentos, depois de estar seguro

quanto à queda dos índices de inflação. "A trajetória declinante das taxas de inflação será obtida através de acordos amplos entre os diferentes agentes econômicos", afirma o documento à Nação.

A negociação com o Congresso tem uma agenda já definida. Os novos ministros querem a aprovação de um ajuste fiscal de emergência, para fechar as contas públicas de 1992, e dos projetos vinculados à modernização da economia: reformulação do sistema portuário, concessão dos serviços públicos, licitações públicas e o Código de Propriedade Industrial, ainda este ano. A proposta de reforma fiscal mais abrangente, apresentada pela equipe do ex-ministro Márcilio Marques Moreira, só será discutida em 1993, quando o Congresso se reunirá para rever a Constituição aprovada há quatro anos.

Os ministros do Planejamento e da Fazenda estão preocupados com a deterioração do poder aquisitivo dos assalariados, em função do agravamento da recessão. Criticam a política de Márcilio Marques Moreira — "que premiou o setor externo e penalizou o setor interno" — e afirmam que a política de juros elevados comprimiu ainda mais os salários dos trabalhadores. Os novos ministros não pretendem, no entanto, lançar mão de modificações, neste momento, na atual política de rendas do País e de controle da inflação. "Conduziremos a política econômica de forma conservadora. Mas buscaremos caminhos para abortar a aceleração inflacionária", disse Paulo Haddad.

"Por que não uma política de rendas negociada?", indagou Gustavo Krause na entrevista coletiva de ontem. "O objetivo é a negociação. Um acordo geral, inclusive aproveitando o clima político que se criou na sociedade", ponderou Paulo Haddad. Segundo ele, chegou o momento de se "trazer à mesa" as principais preocupações dos agentes econômicos para reverter o "artificialismo" do aumento da inflação.



Tanto Paulo Haddad (C), como Gustavo Krause (D) culpam a política do ministro Márcilio pelo aprofundamento da recessão

Givaldo Barbosa 2.10.92